

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	<p>Par de <b><u>Meias táticas pretas</u></b></p> <p>Material: algodão, poliéster e elastano. Tipo militar, própria para uso com botas e cuturnos.</p> <p>Cor: preta.</p> <p>Cano: longo.</p> <p>Com tratamento bactericida e sistema de secagem rápida.</p> <p>Tamanho: a determinar posteriormente com o fornecedor entre tamanhos padrão (de 40 a 45).</p>	3972	par	165	R\$ 54,71	R\$ 9.027,15
2	<p><b><u>Boné tático com velcro preto</u></b></p> <p>Padrão "USA ARMY".</p> <p>Com velcro de identificação na frontal (8,5 cm x 5 cm) e traseiro (12 cm x 2,5 cm).</p> <p>100% RIP STOP anti-rasgo.</p> <p><b>Cor: preto.</b></p> <p>Com regulador de tamanho embutido.</p> <p>Marcas de referência: Invictus; For Honor; ou de melhor qualidade.</p>	150489	unidade	36	R\$ 185,62	R\$ 6.682,32

3	<b><u>Boné tático com velcro vermelho</u></b>  Padrão "USA ARMY". Para instrutor de tiro.  Com velcro de identificação frontal (8,5 cm x 5 cm) e traseiro (12 cm x 2,5 cm).  100% RIP STOP anti-rasgo.  <b>Cor: vermelho.</b>  Com regulador de tamanho embutido.  Marca de referência: Invictus; For Honor; ou de melhor qualidade.	150489	unidade	17	R\$ 185,62	R\$ 3.155,54
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 18.865,01</b>

1.2. Especificações detalhadas do objeto acima seguem em documento anexo a este Termo de Referência, contendo ilustrações que facilitam a identificação dos itens pelos licitantes.

1.3. No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, a licitante deverá atentar para o fato de que, por razões de limitação técnica das especificações dos materiais constantes no CATMAT (comprasnet), as especificações técnicas completas do objeto licitado, para efeito de cotação do preço e formulação da proposta, serão sempre aquelas constantes neste Termo de Referência.

1.4. **A empresa vencedora do certame, durante o processo licitatório, deverá informar, obrigatoriamente, em sua proposta comercial, o fabricante (marca) e o modelo do objeto ofertado. Além disso, deverá anexar, juntamente a sua proposta, assim que solicitado pelo pregoeiro, algum documento que demonstre exatamente o produto que está oferecendo em sua proposta, como folder, catálogo ou mesmo fotografia real do produto.**

1.4.1. As especificações constantes neste Termo de Referência serão confrontadas com aquelas que se encontrarem na documentação anexada pela licitante e em dados divulgados pela fabricante do modelo que se encontra na proposta da licitante.

1.4.2. Em caso de não atendimento, a proposta será rejeitada já neste momento e o pregoeiro nem precisará solicitar a amostra a licitante, chamando

a próxima colocada.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do recebimento da Nota de Empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.6. A participação é exclusiva a ME/EPP (LC nº 123/2006, Art. 48, I) para todos os itens.

1.7. Não será adotado o Sistema de Registro de preço porque não haverá aquisição de bens com previsão de entregas parceladas à Administração.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.1.1. O objeto pretendido é considerado bem comum, pois seu padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento e foram identificados por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do art. 1º da Lei 10.520/2002.

4.1.2. Os materiais que se pretende adquirir são encontrados em diversas empresas do ramo, possibilitando, dessa forma, concorrência e vantagem para a instituição.

## **5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

5.1. **O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada**, em remessa única, no seguinte endereço: Sede da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), situada no Setor Policial Sul, Área 5, Quadras 1, Divisão de Almoxarifado, Bloco AA, CEP 70.610-905, Brasília/DF, Telefone (61) 3445-8314. O horário para entrega é compreendido das 09h às 12h e das 14h às 17h, em dias úteis.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; e 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não

ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional

ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\frac{(6 / 100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------------------	--

## 12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice



definitivo.

12.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

13.1. Não há exigência de garantia contratual da execução por se tratar de compra com recebimento integral do objeto e pagamento após a administração atestar se o material fornecido está de acordo com as descrições referentes à quantidade e qualidade acostadas neste Termo de Referência.

### **14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS**

14.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.1.1. A garantia de 12 (doze) meses é exigida para que se preserve o interesse público na continuidade da boa execução das atividades de inteligência desta Agência, uma vez que os itens objeto desta contratação são de boa qualidade e seu preço unitário justifica a reposição pela Contratada caso se verifiquem defeitos de fabricação.

14.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

### **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I - **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**II - Multa:**

(1) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dias 20 (vinte) dias;

(2) compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União,** com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

**V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em

consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 16. DA AMOSTRA

16.1. Após as fases de aceitação da proposta da empresa, será exigida da licitante, provisoriamente classificada em primeiro lugar, a apresentação de amostras para os itens aceitos.

16.2. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade descritos na especificação do objeto, conforme consta do Item 1.1 deste Termo de Referência. A incompatibilidade com a especificação do item resultará em sua reprovação.

16.3. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra seguindo o mesmo padrão do especificado neste Termo de Referência, a ser entregue na Sede da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), situada no Setor Policial Sul, Área 5, Quadras 1, Divisão de Almoxarifado, Bloco AA, CEP 70.610-905, Brasília/DF, Telefone (61) 3445-8314. O horário para entrega é compreendido das 09h às 12h e das 14h às 17h, em dias úteis.

16.4. **O ENVIO da amostra** deverá ocorrer no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da solicitação do pregoeiro, para ser analisada pela fiscalização do contrato a fim de verificar a sua compatibilidade com as especificações técnicas exigidas para o objeto desta contratação. A fiscalização irá emitir parecer em que constará amostra "aprovada sem ressalvas", "aprovada com ressalvas" ou "reprovada". As peças fornecidas posteriormente de forma definitiva também serão submetidas a verificação.

16.4.1. No mesmo prazo de 15 (quinze) dias úteis, **a licitante deverá encaminhar, ao pregoeiro, código para a rastreabilidade da amostra**, como o código de rastreamento dos correios, por exemplo.

16.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração na forma de amostra serão tratados como protótipos e poderão ser manuseados, desmontados, deformados e cortados para realização dos testes, sendo devolvidos ao licitante no estado em que se encontrarem. As amostras ficarão retidas para comparação com o material a ser entregue e só serão devolvidos à empresa depois da entrega definitiva do objeto da compra.

16.6. Quanto às Meias táticas pretas (item 1), caberá à empresa convocada **apresentar amostras em todos os tamanhos padrão** - podendo ser em letras (ex.: P, M e G) em numeração (ex.: de 36 a 46), ou em alguma outra forma de padrão de medida - para fins de definição dos tamanhos que serão efetivamente adquiridos para os servidores da ABIN que receberão essas peças de uniforme.

16.7. Caso algum servidor não identifique tamanho ideal dentre os tamanhos sugeridos nos itens anteriores, a empresa deverá enviar à ABIN outro tamanho da peça para atender à demanda desse servidor usuário.

16.8. **Os custos das amostras, inclusive seu envio e posterior recolhimento, correrão exclusivamente às expensas da empresa licitante.**

16.9. Se a amostra não atender integralmente às especificações, a licitante será desclassificada e a retirada do bem deverá ocorrer em, no máximo, 10 (dez) dias, contados da data da comunicação oficial do Pregoeiro quanto à reprovação.

16.10. Reitera-se que anexo a este Termo de Referência segue documento com especificações detalhadas contendo ilustrações que facilitam a identificação dos itens pelos licitantes.

16.11. A não apresentação de amostras ou seu envio fora do prazo ou em desacordo com as especificações técnicas e outras condições descritas neste Termo de Referência e seus anexos ocasionará a desclassificação da licitante, convocando-se a próxima empresa com proposta mais vantajosa.

## **17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. O critério de qualificação técnica a ser atendido pelo fornecedor será:

17.3.1. Prova de atendimento às especificidades do objeto desta contratação, constantes do item 1.1 deste Termo de Referência e seu anexo, por meio de aprovação, da amostra enviada pelo fornecedor, fruto de análise da fiscalização.

17.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.4.1. Valor Global: R\$ 18.865,01 (dezoito mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e um centavo).

17.4.2. Valores unitários: conforme tabela contida no item 1.1 do Termo de Referência, anexo ao edital.

17.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

17.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

18.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 18.865,01 (dezoito mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e um centavo).

## **19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

19.1. A presente contratação está contemplada no Plano Orçamentário Anual 2022 (POA 2022) - SEGOR, por ação cuja descrição é "Aprimorar a segurança das instalações físicas e dos servidores da sede e das superintendências" e cujo código é K030.01.

19.2. Outros dados em relação ao alinhamento do planejamento orçamentário da ABIN e esta contratação poderão ser indicados pelo Departamento de Administração e Logística em momento oportuno.

Brasília/DF, 21 de março de 2022.

Documento assinado eletronicamente

---

**Referência:** Processo nº 00091.003446/2022-38

SEI nº 0571880

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -